

## SOJA: MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO NO SUDOESTE PARANAENSE

Angelita Bazotti<sup>1</sup>

Nilson Maciel de Paula<sup>2</sup>

Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto<sup>3</sup>

### Resumo:

Segundo estabelece a teoria microeconômica o tamanho ótimo para produção de soja está situado em grandes áreas, nas quais, devido aos ganhos de escala, a eficiência no uso dos recursos e a produtividade por unidade de área chegam a seu ponto máximo. Daí a associação comumente aceita entre sojicultura e grandes produtores, em função da qual os pequenos produtores, devido à sua suposta inviabilidade econômica não deveriam se dedicar a essa atividade. No entanto, esse pressuposto não dá conta da persistência desses agricultores na sojicultura por gerações, o que requer explicações formuladas num campo mais amplo que o cálculo econômico. Tendo isso como desafio, este artigo tem o objetivo de explorar como o processo de mercantilização e externalização contribuem para explicar a permanência dos agricultores familiares nessa atividade. A base empírica para esta análise é a região Sudoeste Paranaense, caracterizada por ampla diversidade produtiva, acesso a políticas públicas e pela predominância da agricultura familiar.

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar. Mercados. Racionalidades. Sojicultura. Desenvolvimento Rural.

### 1 INTRODUÇÃO

Uma das questões centrais exploradas pelos estudos econômicos sobre o meio rural alude à relação entre eficiência e tamanho da área explorada para explicar a especialização produtiva dos agricultores. Há, nesses termos, uma unanimidade quanto à necessidade de grandes áreas para a produção lucrativa da soja, nas quais o custo médio atinge seu ponto mínimo e os ganhos de escala o ponto máximo. Portanto, com base nessa lógica, o tamanho ótimo para a sojicultura estaria acima do predominante entre agricultores familiares cuja escala de produção estaria muito

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Pesquisadora do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR. E-mail: [angelitabazotti@gmail.com](mailto:angelitabazotti@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela University College, Londres e Pós-doutorado na University of Reading, Inglaterra. Professor titular da Universidade Federal do Paraná onde trabalha com temas relacionados a comércio internacional, agronegócio e aglomeração industrial em Curitiba, PR. E-mail: [nilson.m.paula@gmail.com](mailto:nilson.m.paula@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Pós-doutorado pela Université de Paris X, Nanterre. Professor Aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Economista Sênior da FAO HQ-Roma, Itália. E-mail: [mielitz@ufrgs.br](mailto:mielitz@ufrgs.br)

aquém do tamanho mínimo necessário (CONTE, 2006; FENNER, 2006; ZANON, 2009; ZANON *et al.*, 2010). Como corolário desse raciocínio, a viabilidade econômica na produção de soja depende do aumento de área e de escala. Por isso, as análises econômicas têm como referência a associação entre sojicultura e grandes produtores, em função da qual os pequenos produtores estariam condenados pela inviabilidade e, conseqüente, abandono da atividade.

Contrariando essa lógica econômica, os agricultores familiares têm se mantido por gerações na sojicultura, cujo fenômeno requer novas explicações. Tendo isso como desafio, o envolvimento da agricultura familiar na sojicultura deve ser analisado com base em outros aspectos ligados à cultura e tradição. As vantagens da produção em escala, as determinantes do mercado não são tão óbvias e definitivas para o entendimento da agricultura familiar. “Para o agricultor familiar, a decisão de permanecer na atividade tem peso expressivo, mesmo que seja por razões afetivas e culturais. As razões econômicas não chegam a ser de última instância” (BAIARDI; ALENCAR, 2014, p. 46). Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de discutir como os sojicultores familiares contrariam os estudos econômicos e permanecem na produção, enfatizando suas estratégias nas relações com o mercado e a preservação de valores sociais e culturais nos âmbitos da família e de sua comunidade. A base empírica desta análise é a região Sudoeste Paranaense, caracterizada pela diversidade produtiva, acesso às políticas públicas e predominância da agricultura familiar. Além dos aspectos relativos a área, atividade produtiva e renda, a unidade da agricultura familiar é vista a partir de laços sanguíneos, de afinidade, e de relações de parentesco.

Este artigo é composto por três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A inserção da agricultura familiar nos mercados e os processos de mercantilização e externalização são discutidas a seguir, na seção dois. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos e na quarta seção os processos de mercantilização e externalização utilizados com referência para análise da produção de soja por agricultores familiares na região Sudoeste.

## **2 A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INSERÇÃO NOS MERCADOS**

A posição da agricultura familiar nos seus distintos contextos regionais e sua inserção nos mercados devem ser vistas à luz de sua diversidade social, econômica,

técnico-produtiva e cultural, em função da qual responde de maneira diferenciada aos desafios a que é submetida. A reprodução das formas familiares de agricultura resulta de um conjunto de ações e estratégias de sobrevivência que se diferenciam no espaço e no tempo, conforme sua capacidade de mobilizar recursos produtivos e realizar operações mercantis em suas relações com os demais agentes. A aquisição de insumos e produtos necessários à família, e a venda de sua produção, são faces do mesmo processo histórico de mercantilização através do qual, esse segmento social, realiza o valor de troca de seus produtos e se conecta com o mundo externo (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006). As interfaces da agricultura familiar com os demais segmentos da sociedade capitalista não apenas preservam elementos socioeconômicos e culturais próprios, como incorporam novos valores difundidos na propagação das relações de troca. A análise desenvolvida por Chayanov (1981), acerca da sociedade camponesa, se tornou uma matriz analítica para entender o campesinato e agricultura familiar no interior da agricultura capitalista de muitos países. Desde então, interpretações foram formuladas para mostrar sua sinergia irrefreável com a lógica mercantil. Em sua detalhada revisão do pensamento econômico e sociológico sobre a agricultura camponesa, Baiardi & Alencar (2014) afirmam que a resiliência da produção familiar está associada à sua gênese e capacidade de adaptação às novas condições econômicas e políticas. Nessa perspectiva, os autores destacam também o esforço para aumentar a renda como traço importante da cultura camponesa, sugerindo uma simbiose entre empresa agrícola e família, e a visão de que o camponês está sempre propenso a participar do mercado, mesmo mantendo suas peculiaridades.

Assim, as unidades produtivas familiares estão integradas ao mercado, tanto de alimentos básicos, como de *commodities*, ao mesmo tempo em que estão conectadas com o mercado de insumos industriais. Esta inserção na sociedade de consumo modifica diversas dimensões da família e do sistema produtivo, introduzindo novos valores e formas de representação (LAMARCHE, 1998). Tal inserção não ocorre em detrimento de valores historicamente constituídos. As estratégias em torno da organização do trabalho fazem parte das dimensões orientadoras destas unidades e resultam de decisões visando à utilização dos recursos econômicos e humanos. Conseqüentemente, essas decisões podem propiciar a adaptação e a permanência no meio em que os agricultores habitam. Para Lamarche (1998), a ligação com o

mercado acaba estimulando a profissionalização, impulsionando o agricultor a adotar a lógica mercantil. Os processos de mercantilização e de externalização dão sentido às relações sociais e econômicas da agricultura familiar, sintonizadas com o mercado e seus atores, sem diminuir, todavia, os aspectos relacionados à propriedade e à família, como observado no caso dos sojicultores aqui analisado.

Além disso, a mercantilização toma corpo através da cientificização<sup>4</sup> (PLOEG, 1990; 1992), reforçando a externalização e a dependência estrutural dos agricultores familiares ao mercado para produção agrícola e a reprodução familiar. Ou seja, a externalização alude à dependência do agricultor a fatores externos à propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo, os quais ganharam maior visibilidade com a propagação em escala mundial da “Revolução Verde”<sup>5</sup>, levando o agricultor a adquirir insumos químicos em quantidades crescentes, e a se conectar ao mercado. Com isso, cada vez mais, as tarefas agrícolas refletem estímulos dados por atores externos. As atividades anteriormente sob a responsabilidade de um mesmo agricultor, segundo Ploeg (1992), passam a ser coordenadas mediante o intercâmbio mercantil e de relações técnico-administrativas, afetando tanto as atividades produtivas quanto as condições de vida.

A externalização exige o gradual domínio e conhecimento das condições de mercado, como preços relativos, relação oferta/ demanda de seus produtos, e poder de compra. Assim, o saber e o conhecimento dos agricultores passam a incorporar uma nova gama de informações e conceitos. A mercantilização desta agricultura é um processo social de longo alcance, e sua intensidade aumenta fortemente após a modernização da base técnico-produtiva da agricultura com a externalização da produção, embora de forma heterogênea e não linear. A cientificização é o estágio em

---

<sup>4</sup> Maneira pela qual a agricultura começa a internalizar e assimilar técnicas desenvolvidas pela ciência moderna na produção agropecuária.

<sup>5</sup> Processo de difusão de novas tecnologias embutidas em insumos industriais, maquinário agrícola e práticas agrícolas, tendo por base a agricultura estadunidense e as estratégias das grandes corporações agroindustriais multinacionais. Tendo como propósito ampliar os mercados das novas tecnologias sua difusão visava aumentar a produtividade agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. Tal modelo estreitou as relações entre agricultura e a indústria, em função das quais as agriculturas de diversos países foram estruturalmente transformadas. Embora tais avanços tecnológicos tenham ocorrido mais intensamente no pós-guerra, o termo Revolução Verde refere-se a década de 1970, quando o problema da fome nos países em desenvolvimento foi atribuído ao baixo desenvolvimento tecnológico. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, esse processo foi acompanhado por concentração fundiária e dependência dos países ao suprimento de insumos “modernos” a exemplo das sementes modificadas (FLEISCHFRESSER, 1988).

que as forças produtivas da agricultura usam da ciência para produzir e reproduzir as condições objetivas de existência humana e a materialidade do processo produtivo. Como as práticas agrícolas são reconstruídas pela ciência, na sojicultura, por exemplo, os adubos, as sementes, os inseticidas e as técnicas produtivas são reformulados. Portanto, as mudanças introduzidas na produção, a externalização, a mercantilização e a cientificização são fundamentais para compreender a sojicultura e também a racionalidade dos produtores familiares, segundo a qual estes elementos “novos” de seu cotidiano mesclam-se com os antigos.

A racionalidade da agricultura familiar reproduz claramente a categorização das ações sociais formulada por Weber em seu *Economy and Society* de 1922. Embora o conceito por ele formulado ainda permita diferentes interpretações (KALBERG, 1980) as ações sociais são vistas através de uma combinação de diferentes racionalidades. Como aqui observado, o comportamento dos agricultores familiares expressa uma rotina, enquanto ação tradicional e habitual consolidada ao longo de sua história. Nesses termos, os agricultores são racionais no sentido da autoconsciência, independente dos resultados de suas ações. Entretanto, as ações são também instrumentalmente racionais orientadas pelo emprego das habilidades para atingir um fim específico. Ou seja, os agricultores estudados são também racionalmente motivados pelos ganhos que sua atividade produtiva pode proporcionar, fazendo escolhas entre diferentes atividades e formas de produzir, mesmo que isso pareça conflitar com a noção de racionalidade tradicional e afetiva. Thiry-Cherques (2009) identifica em Weber diferentes racionalidades nas ações sociais, afirmando que a ação é racional quanto aos meios empregados, a ação afetiva é racional quanto aos sentimentos e a ação tradicional está próxima da irracionalidade, já que fundada unicamente no hábito. Esta simultaneidade se manifesta nos espaços sociais e econômicos onde os agentes não estão plenamente integrados à lógica dominante da acumulação e reprodução do capital, preservando aspectos não mercantis ou capitalistas.

Os processos transformadores da agricultura familiar necessitam ser entendidos como parte de uma dinâmica na qual cada decisão importante é o resultado de duas forças contrárias, que refletem uma racionalidade híbrida, uma concebendo o peso do passado e da tradição, e a outra, a atração por um futuro de melhores condições de vida. Este pé no passado e olho no futuro trazem a tradição

para o debate, mas sem perder de vista os novos rumos que o futuro pode apresentar. São elementos que diferenciam os agricultores familiares, e são fatores que contribuem para sua permanência na atividade.

Para entender o funcionamento desta agricultura é necessário colocar em evidência as diferentes lógicas e os processos de mudança que determinam as escolhas fundamentais dos agricultores. Segundo Lamarche (1993, p. 24) “longe de nós a ideia de que a exploração familiar possa ser analisada e compreendida em si mesma, todos os estudos que lhe dizem respeito devem ser elaborados em seu contexto no âmbito local e global”. Esse é um desafio para entender as unidades familiares em seu contexto local e global com as diversas externalidades que a atividade agrícola carrega para dentro das famílias. Tanto o antes quanto o depois da produção são totalmente externos à propriedade. É fundamental considerar o que ocorre da porteira para dentro sem perder o foco dos acontecimentos da porteira para fora. Sabe-se que a tarefa é complexa, pois as estratégias familiares, sociais e econômicas, o trabalho na agricultura e os mecanismos de funcionamento de uma unidade de produção familiar são caracterizados por uma especificidade distinta. Portanto, é preciso levar em conta a diversidade dos costumes particulares e dos valores familiares<sup>6</sup>, e também certeza de comercialização e da aquisição dos insumos. A combinação desses fatores é importante para explicar a produção de soja na agricultura familiar, desafiando a lógica de que esta cultura é economicamente viável apenas em grandes áreas.

### **3 A SOJICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE PARANAENSE**

À luz da revisão conceitual acima, a sobrevivência e a racionalidade da agricultura familiar serão analisadas com base nas evidências empíricas coletadas no Sudoeste do Paraná, onde 90% dos estabelecimentos agrícolas são familiares, ocupam 84% dos trabalhadores em atividades agropecuárias, respondem por 65,9% do Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP-A), e 47,3% destes estabelecimentos acessam financiamentos (IBGE, 2009), o que reforça uma característica dessa região, que é a de abrigar um segmento da agricultura familiar organizado, inserido no mercado e com acesso à políticas de financiamento e comercialização para o setor.

---

<sup>6</sup> Essa discussão está aprofundada em Bazotti (2016).

### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados analisados resultam de um estudo de caso realizado no município de Capanema na Mesorregião Sudoeste do Paraná, em julho de 2014 a janeiro de 2015. Realizou-se um Painel de Especialistas que discutiu a produção de soja e suas consequências para a dinâmica da agricultura familiar da região. Este painel tinha como objetivo, além de fornecer informações gerais sobre a agricultura familiar e produção de soja na região, identificar os agricultores a serem entrevistados. O Painel contou com um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), dois técnicos de cooperativas de transformação e comercialização de produtos da agricultura familiar, dois técnicos de assistência técnica para a agricultura familiar, um sindicalista rural e um engenheiro agrônomo.

Durante o painel utilizou-se como referência inicial a tipologia do FAO/IN CRA de especialização dos estabelecimentos agropecuários, com base na qual os participantes indicaram unidades produtivas familiares a serem entrevistadas, cujas características se enquadravam nos objetivos dessa pesquisa. A tipologia estabelece o grau de especialização obtido por meio do quociente entre o Valor da Produção do Produto Principal e o Valor Total da Produção. Assim, os estabelecimentos foram classificados em: muito especializado (grau de especialização do estabelecimento agropecuário = 1, ou seja, um produto responde por toda a produção da propriedade); especializado ( $<1$  e  $>$  ou = 0,65), diversificado ( $<0,65$  e  $>$  ou = 0,35); muito diversificado ( $<0,35$  e  $>$  ou = a zero) (IBGE/MDA, 2014).

Segundo estes critérios foram selecionados os agricultores a serem entrevistados através de uma entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista, em que há um roteiro com questões abertas e fechadas, possibilita flexibilidade ao entrevistador podendo o mesmo repetir perguntas, explorar pontos importantes, obter dados que não se encontram nas fontes documentais e ainda permite que os mesmos possam ser quantificados (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 1990/1991).

Utilizou-se a técnica de amostragem não probabilística, com a qual se segue a listagem construída até que seja alcançado o ponto de saturação, quando os novos entrevistados passam a repetir informações já obtidas em entrevistas anteriores. Dessa forma, foram entrevistadas 28 famílias de agricultores familiares, cujas características estão contempladas na lei 11.326 de 24/07/2006. Os dois primeiros blocos do questionário compreendem perguntas fechadas relacionadas à composição

da família, escolaridade, ocupação, renda, regime de propriedade, área da terra, produção agrícola e pecuária, para consumo e comercialização, cooperativismo, acesso a políticas públicas e relações com os mercados. O terceiro bloco é composto por perguntas abertas, visando captar a percepção dos entrevistados quanto à cultura da soja, facilidades e dificuldades de produção, obtenção de lucro e o cálculo da renda.

A análise das entrevistas foi organizada por categorias analíticas que buscam responder à principal indagação desse trabalho, relativa aos motivos dos agricultores familiares para produzirem soja, envolvendo características das famílias, mercantilização e externalização, transformações tecnológicas, políticas públicas, cultura e tradição, mão de obra familiar e renda. Os agricultores selecionados para entrevista indicaram possuir os traços estruturais da agricultura familiar quanto à gestão, ao trabalho e à posse da terra. Após a realização das entrevistas efetuou-se a análise de conteúdo com a definição das categorias por relevância teórica e também por frequência, àquelas que mais vezes apareceram nas entrevistas.

As famílias entrevistadas residem em seis comunidades de Capanema, todas detêm a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), ou seja, são legalmente agricultores familiares e plantam soja há mais de 10 anos. Os familiares somam 97 pessoas, numa média de 3,5 pessoas por família, e idade média de 39 anos. A maioria da população tem ensino fundamental incompleto, dos quais 43% cursaram até a 4ª série e 23 pessoas ainda estudam. A área média dos estabelecimentos é de 34,9 hectares (ha), sendo que 39,3% das famílias possuem propriedades de até 20 ha. Quase metade das famílias (46,4%) explora terras próprias e arrendadas, tendo estas, em média, 26,6 ha.

Estes aspectos revelam a estrutura socioeconômica das famílias objeto desta análise, a partir dos quais são identificadas suas potencialidades e sua limitada capacidade para se envolver em atividades mercantis predominantemente de alta escala produtiva. Assim, a indagação sobre as razões para o cultivo da soja por agricultores familiares, levou obrigatoriamente à análise da família e de suas estratégias, segundo uma racionalidade que vai além do simples cálculo econômico da rentabilidade e do lucro.

#### **4 MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE PARANAENSE**

A compreensão das famílias sojicultoras estudadas tem como pano de fundo as diferenciadas relações com o mercado, as quais se desenvolveram mais intensamente a partir de meados dos anos 1970. Nesse período, diversas mudanças técnicas e mercantis fizeram com que estas famílias transitassem de uma produção para o autoconsumo para aquela voltada ao mercado. Estas transformações produtivas e sociais promoveram a inserção dos produtores em processos de mercantilização e externalização, através dos quais os vínculos comerciais foram acentuados e os processos produtivos incorporam elementos oriundos do mercado. Nesses novos processos, progressivamente, o agricultor familiar compra as diversas mercadorias para iniciar o novo ciclo produtivo, o que gera a necessidade de excedentes monetários com a venda de sua safra, realizando, desse modo, o valor de troca e fechando o circuito mercantil.

Embora produza diversos produtos para comercialização, a soja é o carro chefe da mercantilização, dado que mais de 95% da produção da região é comercializada (IBGE, 2009). Adicionalmente, tendo em vista a forma como a propriedade e a produção estão estruturadas, o agricultor não tem condições de dar outro destino para a soja que não seja os grandes mercados – diferentemente do milho e do feijão que podem ser comercializados localmente e consumidos na propriedade. Todas as famílias entrevistadas produzem soja para a comercialização, e apenas uma delas destina cerca de 5% para o consumo animal na propriedade. Em algumas décadas, os agricultores passaram de uma produção voltada para o consumo interno e intermediário para outra voltada para o mercado. Por isso, produzir soja se tornou sinônimo de mercantilização. Paralelamente, o seu processo produtivo pela agricultura familiar também é marcado pela externalização. Isto é, a unidade familiar transfere, para agentes externos, meios e formas de produção anteriormente sob controle da propriedade ou da comunidade, numa via de reprodução relativamente autônoma e historicamente dada, passando a ser uma forma de reprodução dependente (PLOEG, 1990).

Uma das consequências do processo de externalização, na agricultura familiar, é a dependência de terceiros para desempenhar o seu trabalho. Inicialmente, os próprios agricultores produziam a semente e os adubos necessários para o plantio.

Essas etapas, agora, são transferidas para as empresas, e o agricultor depende delas para adquirir os insumos, perdendo o domínio do processo produtivo e sua autonomia. Evidências qualitativas coletadas em campo dão conta de que os insumos e as sementes são caros, porém é necessário adquiri-los para se ter acesso aos financiamentos. Segundo depoimento de um agricultor, este é um dos grandes problemas, *'porque, se a gente mesmo faz a semente, não financia (...) o agricultor tinha que ter direito de produzir a própria semente. E não pode, é errado isso. É querer favorecer as multinacionais que estão fabricando as sementes'* (Entrevista 28). Assim, a forma em que a cadeia da soja está estruturada torna as famílias dependentes de atores externos para adquirir sementes (predominantemente transgênicas) e demais insumos, e para comercialização do produto final.

Ao mesmo tempo em que mercantilização e a externalização incorporam relações econômicas e sociais determinadas pelo mundo exterior, preservam comportamentos e formas de produção já existentes no âmbito das comunidades, a exemplo de mutirões, atividades de autoconsumo, e técnicas tradicionais de cultivo. Enquanto a comercialização da safra e aquisição de insumos e bens de consumo se dava através de comerciantes locais, como os 'bodegueiros' e atacadistas, ao produzir a soja, os agricultores se conectam com agentes representantes dos mercados globais, nos quais são definidos os preços e o poder de compra de seu produto. Assim, o agricultor passa a ser orientado por racionalidades distintas, mas combinadas, através de relações mercantis circunscritas à comunidade local, mas ao mesmo tempo suscetíveis às vicissitudes do circuito comercial da soja.

Além da esfera produtiva, tais mudanças afetam também a economia doméstica dos agricultores, na medida em que a lógica monetária passa a pautar suas decisões de consumo e de cultivo. Portanto, as relações de mercado tendem a se propagar no interior da unidade familiar independente do produto, alterando padrões de consumo e relações de produção pelo uso mais intensivo de equipamentos e insumos que reduzem o uso da força de trabalho. Por depender de preços da soja formados pela oferta e demanda mundiais, reverberados pela bolsa de valores de Chicago, e por produzir de acordo com um padrão tecnológico transmitido pelas cadeias globais, o agricultor pode se afastar, gradativamente, da racionalidade formada num ambiente de cooperação e solidariedade, do auto consumo, e de baixo grau de monetarização.

Vários autores (ABRAMOVAY, 1992; NIEDERLE, 2007; CASSOL; SCHNEIDER, 2015), embora com abordagens e ênfases distintas, analisam a inserção dos agricultores familiares nos mercados, nas oportunidades e em nichos específicos. Dessa forma, como analisado por estes autores, os circuitos globais de *commodities* sustentados por produção de alta escala, coexistem com mercados locais de alimentos segundo a diversidade produtiva da agricultura familiar. Portanto, o processo de mercantilização engloba duas dinâmicas mercantis. A primeira sujeita a preços definidos globalmente e redes internacionais, enquanto a segunda é marcada por circuitos comerciais locais e regionais. Apesar dessa dupla face do processo de mercantilização, constatou-se que o agricultor familiar está cada vez mais conectado com mercados consolidados, cuja capilaridade se expande, estimulando o agricultor a plantar soja, pois há a expectativa de rendas e garantias de comercialização.

Para um agricultor entrevistado *“a soja não é que nem o feijão que tu tem que procurar comprador. Soja, quando colhe, tem cinco, seis querendo te comprar”* (Entrevista 20). Outros entrevistados afirmam que a liquidez da soja é um dos fatores fundamentais de incentivo a produção. Eles não precisam procurar comprador ou mercado para a soja. É algo estruturado, de fácil acesso e maior rapidez nas vendas. Dessa forma, não se trata aqui de formular um juízo de valor sobre as vantagens de um ou outro mercado, mas de explicitar o processo de transformação da agricultura familiar, incorporando o ritual mercantil dos grandes produtores de soja, ao mesmo tempo em que se mantém envolvido num sistema diversificado de comercialização segundo os diferentes produtos alimentares. Por fim, segundo Lamarche (1998), a relação mercantil das unidades produtivas familiares modificam diversas dimensões da vida familiar e da produção. A integração com a sociedade de consumo é acompanhada pela persistência de certo modo de vida e de um sistema de valores e de representação específica. Não há “um mercado” e “um tipo de relação” imposta, mas diversas conexões com o mundo exterior que impactam de diferentes formas a vida dos agricultores.

#### 4.1 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA MERCANTILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DO SUDOESTE

As cooperativas surgiram na região nos anos 1950 e 1960, num contexto em que os agricultores começaram a produzir excedentes, influenciados por fatores históricos, políticos e organizacionais. Ao assumir um papel estruturante, não apenas em termos econômicos, as cooperativas alavancaram as trocas comerciais, e se tornaram atores sociopolíticos, catalisando interesses de agricultores frente a atravessadores comerciais já instalados na região. Portanto, não apenas contribuíram para o desenvolvimento da agricultura familiar, respaldando suas estratégias comerciais e produtivas, como intermediaram o acesso a políticas de incentivo a investimentos e difusão tecnológica (MULLER; MENEGUETTI, 1998). A partir dos anos 1970, as cooperativas organizaram a cadeia produtiva da soja, tanto no fornecimento de insumos e assistência técnica como no escoamento da safra. Embora tenham perdido parte de suas características originais e incorporado traços empresariais, os entrevistados foram unânimes em afirmar que as utilizam como via de escoamento de suas safras, não as vendo de forma muito diferente das outras cerealistas. Portanto, o cooperativismo está no centro dos processos de mercantilização e externalização da agricultura familiar, ao mesmo tempo em diminuiu sua importância nas conexões desta com valores tradicionais do meio rural através do processo associativo.

Durante o trabalho de campo, percebeu-se que as cooperativas já não fornecem segurança para os produtores, para além daquela do mercado em geral. Enquanto determinado produto é atraente economicamente, há garantias de que ela continuará comprando e dando assistência ao produtor, o que não ocorre quando há dificuldades de comercialização. O entrevistado 20 ressaltou que a principal cooperativa que compra grãos na região, atualmente, não comercializa feijão. Isso, segundo ele, deve-se ao fato de que o mercado deste grão é muito instável, não garantindo lucro para a cooperativa. Apesar disso, os agricultores desenvolveram estratégias para driblar as condições adversas do mercado veiculadas pelas cooperativas como agentes da dinâmica mercantil com a qual o agricultor se envolve, recorrendo a práticas produtivas e comerciais que minimizam custos e os efeitos de conjunturas desfavoráveis.

Atualmente, tem havido um distanciamento entre agricultores e a cooperativa de comercialização do município. A base desta relação não é a reciprocidade e nem a solidariedade, mas o comércio, um comportamento empresarial que transformou o agricultor num cliente. Como tal, este se sente livre para vender para uma cerealista no caso de o preço desta ser mais elevado e o negócio mais vantajoso. Apesar desse distanciamento criado pelas relações mercantis que promovem a perda da fidelidade e da exclusividade, todos os agricultores entrevistados são sócios e vendem pelo menos uma parte da produção para determinada cooperativa.

A aquisição dos insumos pode variar, pois os agricultores realizam pesquisa de preços antes de decidirem pelo lugar da compra. Inclusive, um agrônomo, filho de sojicultor, inaugurou uma loja de insumos agrícolas que tem atraído muitos clientes. Os agricultores entrevistados afirmaram que um dos diferenciais é a assistência técnica para produção de soja que a loja oferece. Com o passar do tempo, a cooperativa local parou de investir nesse setor, perdendo importância e deixando espaço para a concorrência. Assim, por mais que existam questões relacionadas à tradição e à confiança, os agricultores também consideram preços e assistência técnica no momento de adquirir os insumos. Mesmo assim, entende-se que as cooperativas são agentes fundamentais para os agricultores nos processos de mercantilização e externalização. A assistência técnica fornecida pelas lojas de insumos e pela cooperativa é um suporte importante para as famílias persistirem na soja, permitindo que elas sejam atualizadas sobre as novidades e sanem suas dúvidas. O entrevistado 12 ressaltou que uma das facilidades para plantar soja é a assistência técnica e, ironizando, disse que o técnico deixa na propriedade o “pacote”, e no caso de qualquer dúvida é só ligar e ele diz *“pega aquele vidrinho ‘assim assim’ que está no canto”*. O agricultor recebe um pacote pronto e a assistência técnica não vai para além dele.

#### 4.2 ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E CONSUMO DE ALIMENTOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Os sojicultores familiares estão integrados a uma cadeia produtiva altamente mercantil, embora haja, na propriedade, relações total ou parcialmente mercantilizadas. Um exemplo é a produção de alimentos – característica marcante da agricultura familiar – tanto para consumo próprio como para venda, na medida em que

muitas famílias produzem para comercialização, não deixam de atender o consumo da família e, dessa forma, preservam e mantem a diversificação produtiva. Segundo Gazolla e Schneider (2006), a mercantilização da agricultura fragiliza as unidades familiares por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura. Os agricultores “se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo” (Gazolla; Schneider, 2006. p. 1). Entre os reflexos dessa inserção destaca-se a adaptação aos padrões de consumo da sociedade em geral, melhorando suas ‘condições de vida’, como o acesso aos bens de consumo disponíveis.

Entre os entrevistados, mantém-se a tradição de cultivar, pelo menos, alguns produtos para o consumo familiar. Há a produção de carne - especialmente bovina e de frango -, de mandioca, batata e leite, além do cultivo de horta e frutas, na maioria das propriedades. Porém, alguns produtos que eram tradicionais da região (salame, por exemplo) ou que fazem parte da alimentação diária (como o arroz) não são produzidos. As famílias ainda produzem para o consumo, algo característico da agricultura familiar, mas grande parte dos produtos da cesta básica alimentar são “comprados na cidade”. A mudança dos padrões de consumo com a incorporação de produtos industrializados cria novos hábitos e necessidades, que se sobrepõem àqueles tradicionais. Os sojicultores do Sudoeste sofrem uma crescente dependência dos circuitos mercantis para executar a sua reprodução social e alimentar. Este quadro faz com que a reprodução seja dependente do progresso tecnológico e do mercado.

É importante salientar que, mesmo com as mudanças na agricultura familiar em decorrência dos processos de mercantilização e externalização, ela não perdeu suas características peculiares e seu caráter familiar e nem “deixou de ser a forma social de produção e de trabalho capaz de se apropriar do espaço rural com o qual desenvolve interações sociais importantes como no caso dos sistemas produtivos, do meio ambiente, dos agroecossistemas e mesmo através dos outros atores sociais do território” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2006, p. 2). Os sojicultores analisados são dependentes do mercado, tanto para o processo produtivo quanto para a comercialização, que lhes dará os recursos necessários para custear a família e a propriedade. A produção de *commodities* entre os entrevistados não levou a uma

especialização da propriedade, mas pode ter colocado em segundo plano a produção para o consumo. Observa-se uma mudança de comportamento e de consumo, em que a alimentação adquirida no mercado tem aumentado. Embora isso amplie a diversificação dos hábitos de consumo e de preparação dos alimentos, pode elevar a insegurança alimentar familiar, por exemplo, com o aumento do consumo de produtos processados.

O desenvolvimento agrícola tem sido marcado por uma multiplicidade de relações mercantis. As tarefas que o agricultor inicialmente organizava e gerenciava passaram a ser coordenadas pela troca mercantil e por meio de novos sistemas que não só afetam as atividades de produção, mas todo o processo de reprodução. Por um lado, a mercantilização e a externalização os deixam totalmente expostos ao mercado, não tendo controle sobre preços ou demanda. Por outro, essa cadeia estruturada fornece garantia de compra e de continuidade da produção. É possível assinar um contrato de venda mesmo antes de o produto estar pronto para a comercialização. Não há garantia de preço, mas de venda sim.

A mercantilização impõe uma crescente padronização dos processos de trabalho agrícolas e de produção da soja, envolvendo os insumos utilizados, a forma de cultivo e colheita, e a maneira de comercializar. Os novos produtos desenvolvidos pela indústria e levados pela assistência técnica se somam a este “pacote” tecnológico, ao qual os agricultores entrevistados se referiram. Portanto, uma das consequências da mercantilização e externalização é a padronização dos produtos, colocando o sojicultor familiar na mesma arena dos grandes produtores, sabendo-se que estes dois grupos possuem poder de barganha e relações de força muito diferentes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos econômicos demonstram a necessidade de grandes áreas para a produção lucrativa da soja e persistência dos agricultores nessa atividade, aspectos inócuos para entender o envolvimento de agricultores familiares nessa atividade. Elementos que extrapolam o cálculo econômico da rentabilidade e do tamanho ótimo dão conta de uma cadeia mercantil sólida e organizada, com oferta regular de insumos e facilidade para comercialização, aspectos que estimulam a produção de soja por agricultores familiares. Esses sojicultores, dentro de um processo de transformação,

têm se adaptado às novas relações mercantis. Tal envolvimento da agricultura familiar está além do desafio às leis econômicas, pois provoca transformações socioeconômicas que redefinem as características dessa agricultura familiar estudada. As intensas relações com o mercado, interpretadas através dos conceitos de mercantilização e externalização, foram diferenciando-a e propiciando sua adaptação, sem destruir, todavia, os traços socioeconômicos básicos da agricultura familiar. Ao recorrermos à noção de racionalidade foi possível entender que a reprodução da agricultura familiar não apaga suas marcas sociais e culturais formadas ao longo da história. Sua inserção num mercado dinâmico se dá através da incorporação de práticas e meios de produção semelhantes às grandes unidades, mas sustentadas por um ambiente social e cultural que garantem sua sobrevivência na atividade, desafiando a lógica econômica dominante. Os diferentes elementos que compõem a racionalidade dos sojicultores familiares acabam por relativizar, portanto, o determinismo do mercado para sua sobrevivência.

O mercado consolidado, aliado à liquidez do produto, proporcionado tanto por cerealistas quanto por cooperativas, contribuem para a viabilidade da sojicultura na agricultura familiar, com garantias de produção e de venda. Os benefícios da mercantilização são visíveis, sendo a renda e a liquidez centrais para a persistência dos produtores na atividade. É possível vender a soja no momento em que o agricultor necessita, proporcionando retorno imediato para a realização de investimentos ou liquidação de dívidas, além de um padrão de consumo moderno, típico do meio urbano. Entretanto, os riscos e incertezas, aos quais o agricultor familiar está exposto, são neutralizados por estratégias de sobrevivência, através da transição para outras atividades com as quais é possível manter a rentabilidade.

## TRADING AND EXTERNALIZATION OF SOYBEAN PRODUCTION IN SOUTHWEST PARANÁ

### **Abstract:**

According to microeconomics, soybean cultivation takes place mainly in large areas, where, due to gains of scale, efficient use of resources and yield per unit reach the highest level. Based on this, a pervasive knowledge conveys the idea of a logical relationship between soybean and large holdings, thus driving small farmers out of business because of an alleged lack of economic efficiency. However, this argument is unable to explain why these farmers still persist in such an activity for generations. This requires explanations from a theoretical field broader than economic calculus. Having this as a challenge, this article aims to deliver an analysis of how small family farmers still remain in soybean production, taking into account their strategies, a specific rationalities, and processes of trading and externalization. In order to gather empirical data and information, a field research was carried out in Southeast Paraná, where there is a wide productive diversity, public policies are largely enacted and small family farming is a predominant feature.

**Keywords:** Family Farming. Markets. Rationalities. Soybean Production. Rural Development.

## SOJA: COMERCIALIZACIÓN Y EXTERNALIZACIÓN EN EL SUDOESTE PARANAENSE

### **Resumen:**

Según establece la teoría microeconómica el tamaño óptimo para producción de soja está situado en grandes áreas, en las cuales, debido a la gran escala, la eficiencia en el uso de los recursos y la productividad por unidad de área llegan a su punto máximo. De ahí la asociación comúnmente aceptada entre sojicultura y grandes productores, en función de la cual los pequeños productores, debido a su supuesta inviabilidad económica no deberían dedicarse a esa actividad. Sin embargo, ese presupuesto no da cuenta de la persistencia de esos agricultores en la sojicultura por generaciones, lo que requiere explicaciones formuladas en un campo más amplio que el simple cálculo económico. Teniendo eso cómo desafío, este artículo tiene el objetivo de explicar cómo agricultores familiares permanecen en esa actividad, a partir de sus estrategias, de racionalidades específicas y los procesos de mercantilización y externalización. La base empírica para este análisis es la región Sudoeste del estado de Paraná, caracterizada por amplia diversidad productiva, acceso a políticas públicas y por la predominancia de la agricultura familiar.

**Palabras clave:** Agricultura Familiar. Mercados. Racionalidades. Sojicultura. Desarrollo Rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M.. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600003)

BAZOTTI, A. **Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do sudoeste paranaense**. 166 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Produção e Consumo de Alimentos: Novas Redes e Atores. **Lua Nova**, v. 5, p. 143-177, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE Verena (org.). **A Questão Agrária – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Brasiliense, 1981. pg. 133-163.

CONTE, L. **Economia de escala e substituição de fatores na produção de soja no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-21112006-141552>>. Acesso em: 27 Mar. 2014.

FENNER, R. **Determinação da escala mínima de lavoura de soja transgênica e convencional para a viabilidade econômica de seu cultivo em São Luiz Gonzaga** – RS. Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2006.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. CONCITEC, IPARDES, 1988.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **44º Congresso Sober**. 23-27 de Julho, Fortaleza, Ceará, Brasil, 2006.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.14, n.3, p.122-141 Set.-Dez. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar -** FAO/INCRA (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Banco de Dados Agregados, 2014. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em 21 Ago. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação –** primeiros resultados. IBGE, Rio de Janeiro, 2009.

KALBERG, S. **Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Processes in History** The American Journal of Sociology, Vol. 85, No. 5, March 1980, pp. 1145-1179. Disponível em: <http://www.bu.edu/sociology/files/2010/03/Weberstypes.pdf>

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MULLER, L. A.; MENEGUETTI, G. A. **Estratégias para a agricultura familiar.** Rio de Janeiro: CPDA UFRRJ - Textos CPDA nº 4 - dezembro, 1998.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** Porto Alegre, 2007. (Dissertação em Desenvolvimento Rural) UFRGS/PGDR, 2007.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLES DE MOLINA, M (eds.). **Ecología, campesinato y historia.** Madri: Las ediciones de la piqueta, 1992. p. 153-95.

PLOEG, J. D. van der. **Labor, markets, and agricultural production.** Boulder/San Francisco/Oxford: Westview Press, 1990.

THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro 43 (4):897-918, Jul./Ago. 2009

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANON, R. S.; SAES, M. S. M.; CORRAR, L. J.; MACEDO, M. A. **Produção de soja no Brasil**: principais determinantes do tamanho das propriedades. 48º Congresso SOBER. Campo Grande: jul. 2010.

ZANON, R. S.; SAES, M. S. M.; SILVEIRA, J. A. G.; ANGELO, C. F. Economia de Escala e a Produção de Soja no Brasil. In: XII SemeAd, 2009, São Paulo. **Anais do XII Seminários em Administração - SemeAd**. São Paulo, 2009.

**Artigo:**

Recebido em 14 de Dezembro de 2016.

Aceito em 26 de Junho de 2017.